



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 236ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

1 Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na Sala de
2 Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início
3 a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo
4 Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Arinda Fernandes,
5 Ruth Kicis Torrents Pereira, Maria Anaides do Vale Siqueira Soub, Ana Luisa Rivera, Adauto
6 Arruda de Moraes, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, Diaulas Costa Ribeiro,
7 André Vinícius Espírito Santo de Almeida e Katie de Sousa Lima Coelho, e o Corregedor-Geral do
8 MPDFT, Procurador de Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida. Após a constatação de
9 quórum, o Presidente abriu a sessão. **I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA**
10 **SESSÃO ANTERIOR.** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 235ª Sessão
11 Ordinária, de 10 de dezembro de 2015. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.**
12 Memorando nº 32/DG/2015, de 30 de novembro de 2015 (*Tabularium* nº 08191.056092/2015-89),
13 em que o Diretor-Geral do MPDFT, Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo, informa a
14 possibilidade de promoção de 17 (dezesete) Promotores de Justiça Adjuntos nas vagas criadas
15 pela Lei nº 12.676/2012, mais outros três cargos vagos. O Presidente do Conselho Superior fez
16 breves esclarecimentos a respeito das promoções no ano de 2015; **B.** Memorando nº 106/2015 –
17 API/PGJ, de 18 de dezembro de 2015 (*Tabularium* nº 08191.061714/2015-91), em que o Assessor
18 de Políticas Institucionais, Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho, solicita a indicação do nome do
19 Procurador de Justiça José Firmo Reis Soub para compor o Comitê de Avaliação e Estruturação da
20 Atividade-Fim do MPDFT, como representante do Conselho Superior. O eg. Conselho Superior, à
21 unanimidade, aprovou a designação do Procurador de Justiça José Firmo Reis Soub para a
22 composição do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT; **C.**
23 Memorando/CHEFGAB/PGJ, de 26 de janeiro de 2016 (*Tabularium* nº 08191.006313/2016-59),
24 em que o Chefe de Gabinete em exercício, Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho, informa sobre
25 as vagas para afastamento de membros referentes ao segundo semestre de 2016. O eg. Conselho
26 Superior, à unanimidade, aprovou a publicação de Aviso, referente ao segundo semestre de 2016,
27 com a abertura de duas vagas para afastamento de curta duração, ficando suspensos os
28 afastamentos de longa duração e da vaga oferecida pela Escola Superior do Ministério Público da
29 União (ESMPU). O Presidente do Conselho Superior inverteu a ordem das comunicações a pedido
30 da Ouvidora. **3. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Memorando nº 131/2016-Ouvidoria,
31 de 21 de janeiro de 2016 (*Tabularium* nº 08191.005382/2016-45), em que a Ouvidora do MPDFT,
32 Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo, encaminha o Relatório anual da Ouvidoria, relativo ao
33 ano de 2015; **B.** Apresentação do Relatório anual de atividades do Serviço de Informação ao
34 Cidadão – SIC do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao ano de 2015. **C.**
35 Apresentação do Relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, e Relatório da
36 Ouvidoria, relativos ao mês de dezembro de 2015, e Relatório de visita a setores de triagem. A
37 Ouvidora do MPDFT, Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo, fez uso da palavra para prestar
38 breves esclarecimentos. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou os referidos relatórios.
39 O Corregedor-Geral do MPDFT, Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, sugeriu que a função de
40 Ouvidor do MPDFT fosse realizada em caráter exclusivo, sem cumulação de funções, no que foi
41 apoiado pelas Conselheiras Maria Anaides do Vale Siqueira Soub e Katie de Sousa Lima Coelho.
42 **4. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

43 – **PDDC. 4.1 NOTÍCIAS DE FATO. A.** Decisão da PDDC, de 16 de dezembro de 2015, que
44 converte em procedimento preparatório a Notícia de Fato nº 08190.000100/15-81, instaurada para
45 verificar notícia de negativa, pelo Poder Público, de fornecimento de auxílio assistencial para
46 cidadã que se encontrava em situação de vulnerabilidade econômica. **4.2 PROCEDIMENTO**
47 **ADMINISTRATIVO. A.** Decisão da PDDC, de 18 de dezembro de 2015, que prorroga o
48 Procedimento Administrativo nº 08190.266426/13-61, instaurado com o objetivo de acompanhar e
49 fiscalizar a limitação do itinerário de utilização do vale-transporte pelo DFTRANS. **4.3**
50 **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. A.** Decisão da PDDC, de 17 de dezembro de 2015, que
51 prorroga o Inquérito Civil Público nº 08190.040705/13-15, instaurado com o fim de apurar
52 problemas relacionados à segurança dos usuários do metrô no Distrito Federal. O eg. Conselho
53 Superior, à unanimidade, aprovou as decisões da PDDC supracitadas. **5. COMUNICAÇÕES DA**
54 **CORREGEDORIA-GERAL. A.** Memorando nº 001/GCG/2016, de 7 de janeiro de 2016, em que
55 a Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MDPFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos
56 Morato, encaminha cópia da decisão que determinou o arquivamento do Expediente nº
57 08190.019180/15-75; **B.** Memorando nº 007/GCG/2016, de 20 de janeiro de 2016 (Tabularium nº
58 08191.004476/2016-05), em que o Corregedor-Geral do MDPFT, Procurador de Justiça Carlos
59 Eduardo Magalhães de Almeida, encaminha cópia da decisão que determinou o arquivamento do
60 Expediente nº 08191.050631/2015-76. O Corregedor-Geral do MPDFT, Carlos Eduardo
61 Magalhães de Almeida, usou a palavra para breves esclarecimentos. O eg. Conselho Superior, à
62 unanimidade, homologou os referidos arquivamentos de Expedientes. **II – ORDEM DO DIA. 1.**
63 O Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº**
64 **08190.013536/15-49.** Interessada: Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo. Assunto:
65 *Requerimento de afastamento para participar do curso de atualização/formação complementar*
66 *Diritto Penale, que se realizou na Università Degli Studi di Roma, no período de 19 a 30 de*
67 *outubro de 2015.* Relator: Conselheiro ANDRE VINICIUS ESPIRITO SANTO DE ALMEIDA.
68 Discussão: Consignada a presença da interessada. Dispensada a leitura de relatório, o Conselheiro-
69 Relator procedeu à leitura de voto. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
70 acompanhou o em. Conselheiro-Relator pelo arquivamento do Procedimento, tendo em vista a
71 apresentação do relatório de atividades e certificado de participação, nos termos do voto. **2.**
72 **Processo nº 08190.018601/06-03.** Interessado: Promotor de Justiça Bruno Osmar Vergini de
73 Freitas. Assunto: *Audiência Pública – afastamento de longa duração para frequentar curso de*
74 *pós-graduação na Faculdade de Direito da University of British Columbia, em*
75 *Vancouver/Canadá.* Relator: Conselheiro ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA.
76 Discussão: Após breves esclarecimentos pelo Conselheiro-Relator, o Promotor de Justiça Bruno
77 Osmar Vergini de Freitas fez uso da palavra para apresentação da Audiência Pública. Após os
78 elogios feitos pelos membros do Conselho Superior, o Conselheiro-Relator fez a leitura de voto.
79 **Decisão:** Apresentação do Promotor de Justiça Interessado, nos termos do art. 39 da Resolução
80 CSMPDFT nº 170/2014. Os Conselheiros e o Corregedor-Geral do MDPFT parabenizaram o
81 Promotor de Justiça Bruno Osmar Vergini de Freitas. Tendo em vista o cumprimento de todas as
82 exigências contidas nos arts. 10 e 11 da Resolução CSMPDFT nº 71/2006, o eg. Conselho
83 Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do em. Conselheiro-Relator pelo arquivamento do
84 Procedimento. **3. Processo nº 08190.019123/15-31.** Interessado: Promotor de Justiça Paulo
85 Almeida Coelho de Sena. Assunto: *Apuração acerca de conduta de membro do MPDFT.* Relator:
86 Conselheiro ADAUTO ARRUDA DE MORAIS. Discussão: Consignada a presença do membro
87 interessado. **Decisão:** O Corregedor-Geral do MPDFT, Carlos Eduardo Magalhães de Almeida,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

88 prestou esclarecimentos sobre a atuação da Corregedoria-Geral no caso. O eg. Conselho Superior,
89 à unanimidade, acompanhou o em. Conselheiro-Relator pelo arquivamento do Inquérito
90 Administrativo Disciplinar instaurado em desfavor do interessado, nos termos do voto. **4.** O
91 Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº**
92 **08190.224582/14-81**. Interessado: Promotor de Justiça aposentado Edmilson Marçal Passos.
93 Assunto: *Reversão de Aposentadoria por Invalidez*. Relator: Conselheiro DIAULAS COSTA
94 RIBEIRO. Discussão: Foi decretado o sigilo do julgamento. **Decisão:** O Relator informou que
95 decretou o sigilo do feito até a presente data. Consultado o Interessado, este manifestou interesse
96 pela manutenção do sigilo. O Promotor de Justiça Edmilson Marçal Passos fez uso da palavra para
97 sustentação oral, pelo prazo regimental, nos termos do art. 16 da Resolução CSMPDFT nº
98 170/2014. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do em. Conselheiro-
99 Relator pelo não conhecimento da preliminar de nulidade do ato de aposentadoria apresentada pelo
100 Interessado. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, homologou o laudo apresentado pela junta
101 médica e confirmou o ato de aposentadoria. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou
102 o Conselheiro-Relator para encaminhamento do laudo, do voto e da papeleta de julgamento ao
103 Juízo da 5ª Vara Federal para juntada no processo de anulação de aposentadoria, ressaltando o
104 sigilo decretado no laudo. **5.** O Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a
105 julgamento o **Processo nº 08190.013593/15-82**. Interessados: Promotores de Justiça e Promotores
106 de Justiça Adjuntos. Assunto: *Requerimento de anulação da Resolução CSMPDFT nº 205/2015,*
107 *que dispõe sobre a implantação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, no âmbito do*
108 *Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*. Relatora: Conselheira RUTH KICIS
109 TORRENTS PEREIRA. Discussão: Leitura de relatório pela Conselheira-Relatora. Amplo debate
110 entre os membros do Conselho. **Decisão:** O Promotor de Justiça Julio Augusto Souza fez uso da
111 palavra para sustentação oral, pelo prazo regimental, nos termos do art. 16 da Resolução
112 CSMPDFT nº 170/2014. O Procurador de Justiça José Firmo Reis Soub e o Promotor de Justiça
113 André Luiz Cappi Pereira prestaram esclarecimentos. O Promotor de Justiça Fábio Barros de
114 Matos requereu esclarecimentos que foram prestados pelo Chefe de Gabinete em exercício,
115 Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho. Após o voto da Conselheira-Relatora indeferindo a
116 antecipação de tutela e julgando improcedente o pedido, acompanhado pelos Conselheiros Adauto
117 Arruda de Moraes, Selma Leite Sauerbronn de Souza e pelo Presidente do Conselho, os
118 Conselheiros Arinda Fernandes e Diaulas Costa Ribeiro pediram vista. Os demais Conselheiros
119 aguardam. A Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho declarou-se suspeita. **6.** O Presidente do
120 Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº 08190.043870/15-08**.
121 Interessados: 13ª Procuradoria de Justiça Criminal, Conselho Superior. Assunto: *Transformação*
122 *da 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência*
123 *Doméstica e Familiar do Guará na 2ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do*
124 *Guará*. Relatora: Conselheira SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA. Discussão: Leitura
125 de ementa e breves esclarecimentos pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** A Conselheira-Relatora
126 acatou sugestão da Conselheira Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub de que a proposta já se
127 adequasse à desvinculação das Delegacias de Polícia. O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
128 acompanhou a em. Conselheira-Relatora pela transformação da 2ª Promotoria de Justiça Especial
129 Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Guará na 2ª
130 Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará. **7.** O Presidente do Conselho
131 Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº 08191.000374/2016-11**.
132 Interessado: Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Lista de antiguidade dos membros do*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

133 *MPDFT, atualizada até 31 de dezembro de 2015.* Relator: Conselheiro DIAULAS COSTA
134 RIBEIRO. Discussão: Breves esclarecimentos pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg. Conselho
135 Superior, à unanimidade, homologou a lista de antiguidade dos membros do MPDFT, atualizada
136 até 31 de dezembro de 2015, concedendo-se, com base no art. 202, §2º, da Lei Complementar nº
137 75/93, o prazo de 30 (trinta) dias para eventuais reclamações após sua publicação na Imprensa
138 Oficial. **8.** O Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo**
139 **nº 08191.062232/2015-58.** Interessada: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e
140 Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Assunto: *Solicita indicação de membro titular e*
141 *suplente para participar do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta da política de*
142 *regularização de terras públicas no Distrito Federal.* Relatora: Conselheira KATIE DE SOUSA
143 LIMA COELHO. Discussão: Breves esclarecimentos pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** O eg.
144 Conselho Superior, por maioria, acompanhou a em Conselheira-Relatora pela pertinência da
145 indicação de membro do MPDFT para atuar no grupo de estudos, devendo a designação recair
146 sobre os Promotores de Justiça titulares das Promotorias da Defesa do Patrimônio Público e Social
147 (PRODEP) e de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (PRODEMA), ficando a cargo
148 da Procuradoria Geral de Justiça definir a titularidade e a suplência na representação do MPDFT
149 naquele grupo. Vencidos os Conselheiros Ruth Kicis Torrents Pereira, Arinda Fernandes, Ana
150 Luisa Rivera e Selma Leite Sauerbronn de Souza, que votaram pela conversão do feito em
151 diligência para manifestação da Assessoria Cível da Procuradoria-Geral de Justiça. **9.** O Presidente
152 do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº 08191.001093/2016-**
153 **77.** Interessado: Promotor de Justiça Fábio Macedo Nascimento. Assunto: *Pedido de afastamento*
154 *de membro, entre os dias 2 e 13 de maio/16, para participação de curso em Roma, na Itália, na*
155 *Università degli Studi di Roma Tor Vergata.* Relator: Conselheiro ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO
156 SANTO DE ALMEIDA. Discussão: Breves esclarecimentos pelo Conselheiro-Relator. Julgado em
157 conjunto com o Procedimento nº 08191.006586/2016-01. O eg. Conselho Superior, à
158 unanimidade, acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela autorização do afastamento solicitado
159 pelo Interessado, no período de 2 a 13 de maio de 2016. O Interessado deverá apresentar, no prazo
160 de 30 (trinta) dias após o término do período deferido, relatório de suas atividades, bem como
161 encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) meses após findo o curso, cópia de certificado de
162 participação, ressalvado o atraso comprovado por parte da instituição de ensino, nos termos do
163 voto. **10.** O Presidente do Conselho Superior chamou a julgamento o **Processo nº**
164 **08191.006586/2016-01** a pedido do Conselheiro-Relator, para inclusão extrapauta. Interessado:
165 Promotor de Justiça Luis Henrique Ishihara. Assunto: *Pedido de afastamento de membro, entre os*
166 *dias 2 e 13 de maio/16, para participação de curso em Roma, na Itália, na Università degli Studi*
167 *di Roma Tor Vergata.* Relator: Conselheiro ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE
168 ALMEIDA. Discussão: Breves esclarecimentos pelo Conselheiro-Relator. Julgado em conjunto
169 com o Procedimento nº 08191.001093/2016-77. O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
170 acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela autorização do afastamento solicitado pelo
171 Interessado, no período de 2 a 13 de maio de 2016. O Interessado deverá apresentar, no prazo de
172 30 (trinta) dias após o término do período deferido, relatório de suas atividades, bem como
173 encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) meses após findo o curso, cópia de certificado de
174 participação, ressalvado o atraso comprovado por parte da instituição de ensino, nos termos do
175 voto. **III – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** O Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro
176 solicitou que fosse oficiado ao Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos
177 Territórios, Desembargador Getúlio Moraes Oliveira, agradecendo os relevantes serviços que



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

178 foram prestados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pelos médicos signatários
179 de laudo pericial acostado no bojo do Procedimento nº 08190.224582/14-81, e prestando elogio
180 formal pela excelência do trabalho desempenhado, para registro nos assentamentos funcionais dos
181 servidores daquela Corte. A Conselheira Ana Luisa Rivera, na condição de Secretária do Conselho
182 Superior, comunicou o arquivamento do Processo nº 08191.001904/2016-30 (Interessada:
183 Secretaria do Conselho Superior e Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça; Assunto:
184 *Procedimento instaurado para instruir as próximas promoções de membros ao cargo de*
185 *Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no ano*
186 *de 2016), e informou ao Conselho que apresentou pedido de alteração da Resolução CSMPDFT nº*
187 *170/2014. A Secretária do Conselho Superior também informou a elaboração, pela Secretaria, do*
188 *Relatório Anual de atividades do Conselho Superior, relativo ao período de junho de 2014 a*
189 *dezembro de 2015. Foi definido o dia 25 de fevereiro de 2016 como a data da próxima sessão*
190 *ordinária do Conselho Superior. Os processos remanescentes da pauta da presente sessão que não*
191 *foram julgados ficarão automaticamente incluídos na ordem do dia da sessão seguinte, com*
192 *prioridade na ordem de julgamento. A sessão foi encerrada às vinte horas e trinta minutos. Para*
193 *constar, eu, Ana Luisa Rivera, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai*
194 *assinada por mim e pelos membros do Conselho Superior presentes.*

Original assinado
LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

Original assinado
ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA
Vice-Presidente do CSMPDFT
Procurador de Justiça

Original assinado
ANA LUISA RIVERA
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Original assinado
RUTH KICIS TORRENTS PEREIRA
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original assinado
ARINDA FERNANDES
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original assinado
MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original assinado
ADAUTO ARRUDA DE MORAIS
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original assinado
SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora Geral de Justiça
Procuradora de Justiça

Original assinado
DIAULAS COSTA RIBEIRO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original assinado
KATIE DE SOUSA LIMA COELHO
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original assinado
CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do MPDFT
Procurador de Justiça